LETRAMENTO INFANTIL

TATIANA SANTOS NOVAES

RESUMO

Esse trabalho discute o letramento, a educação infantil, as práticas pedagógicas, as teorias e os princípios norteadores da prática escolar. O levantamento bibliográfico realizado para compô-lo tem como referência a proposta integradora para a infância que possibilite as crianças apropriarem-se de diferentes saberes e linguagens que circulam em seu meio social. O objetivo geral foi estudar o impacto do letramento na infância contextualizada num universo cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, dentre outros. O conteúdo traz repertório para se refletir em experiências e estudos já consolidados e seus impactos na prática pedagógica. Foi possível apontar por intermédio desse levantamento que o letramento contribui para a construção de saberes necessários para o desenvolvimento integral do ser humano desde a infância, com vistas a ajudar as crianças a construírem conhecimentos sobre si e sobre o mundo, contudo a mediação desse conhecimento precisa dialogar com a cultura da infância.

Palavras-chave: Letramento; Educação Infantil; Alfabetização.

INTRODUÇÃO

A Constituição aponta para o atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças e reconhece a Educação Infantil como dever do Estado.

Desde então a educação de crianças muito pequenas está em constante processo de reformulação, discussão, estudo e pesquisa acerca da mediação da aprendizagem de crianças em espaços coletivos e sobretudo sua função social e preparação para a cidadania.

Por esse processo passa a discussão sobre a alfabetização na educação infantil, que vivencia dúvidas relacionadas à linguagem escrita e a mediação do trabalho pedagógico a ser desenvolvido que deve observar em sua prática normas, diretrizes e legislações.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos e orientam as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

Por algum tempo a alfabetização foi entendida como a aquisição de um código e nele seus fonemas e grafemas se relacionam, atualmente se compreende como um processo complexo que se dá na aquisição da linguagem, a ser compreendida e escrita pelas crianças em todas as áreas de conhecimento.

Alcançar uma prática educadora, libertadora e humana parece apontar para a construção de uma sociedade também mais humana e libertadora, tecer tais princípios na sala de aula preocupada com a apropriação do letramento e seu uso social indica um esforço coletivo gigantesco, mediado por ideias, pensamentos e teorias acerca do letramento na Educação Infantil numa sociedade em transformação.

Tais reflexões e contribuições são abordadas nesse trabalho que se constituiu com pesquisa qualitativa de caráter exploratório, foi realizada pesquisa bibliográfica que busca contribuir para a prática de um letramento na educação infantil preocupado com o desenvolvimento global do educando.

No segundo capítulo faz uma revisão de parte que fundamenta a pedagogia enquanto ciência, se propõe a estudar a prática docente relacionada à prática do letramento, aborda conceitos, teorias e ideias.

O terceiro capítulo realiza uma revisão sobre as contribuições legais e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos que orientam execução de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

As considerações finais retomam a pesquisa teórica e seus aspectos mais importantes na condução do letramento na educação infantil e busca contribuir para a aquisição de novos saberes, discussões e investigações sobre a abordagem.

PEDAGOGIA E LETRAMENTO INFANTIL

Esse capítulo aborda a pedagogia enquanto ciência, nesse sentido a educação infantil é compreendida como a primeira etapa da educação básica, podendo ser oferecida em creches e pré-escolas, estas se caracterizam como espaços institucionais e se constituem por estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

1.1. Pedagogia

A pedagogia compreendida como ciência objetiva estudar a Educação, o processo de ensino e aprendizagens percorrido pelo humano. A qualidade da educação é uma construção histórica, nessa sua constante reconstrução aprimoram-se saberes já consolidados e as novas reflexões advindas de constantes desafios e problemáticas com os quais se depara em sua prática.

Segundo Casali (2013) a qualidade social da educação dá qualidade à vida e vice-versa, a pedagogia abordada nesse trabalho foca a mediação de aprendizagens desde a educação infantil. O autor vai ao encontro do que aponta Freire ao evidenciar a relação entre educação e desenvolvimento humano:

Como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza capacitação científica e técnica, a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles especifica na História como movimento, como luta. A História como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que, em si mesmos, já engendrariam a necessidade da educação. (FREIRE, 2001, P.10)

Dessa forma, estudar as atuais demandas relacionadas entre educação, letramento e sociedade implica em refletir acerca do compromisso da educação para com a contemporaneidade, e mediar essas construções de forma lúdica, onde o aluno possa protagonizar a aprendizagem das linguagens em todas as áreas, e compreender seu uso social torna-se o desafio a ser enfrentado na prática docente.

O letramento na educação infantil precisa basear-se na pedagogia da infância, de modo a articular os conhecimentos trazidos pelas crianças para com os saberes já constituídos pela sociedade, de modo a se respeitar os diferentes ritmos, condições sociais, cognitivas e também afetivas.

A meta nessa etapa é, portanto, inserir a criança num universo letrado e proporcionar à ela uma inclusão nesse universo considerando suas potencialidades, seus diferentes modos de aprender e seus diferentes ritmos.

Portanto, esse período de inúmeras possibilidades se constitui numa experiência multifacetada para seus protagonistas: o aluno e o professor, um precisa ter seus direitos de aprendizagens assegurados

Dessa forma, o letramento considera a concepção de alfabetização como uma aprendizagem do sistema de escrita, mas acima de tudo uma experiência sobre suas práticas, usos e funções da leitura e da escrita, o que implica em tecer uma vivência de aprender a aprender envolvendo vivências culturais mais amplas.

Para atender as expectativas da alfabetização na perspectiva do letramento é preciso que se construa uma prática de todos os envolvidos, seus stakeholders , em uma grande relação onde os alunos se beneficiem do direito de ser alfabetizado em todas as áreas e se inserir num universo letrado.

Nisso implícito está a necessidade de se reconhecer as múltiplas linguagens como fundamentais à aprendizagem, o desafio do educador é, portanto, criar situações para a sua vivência, em se tratando de educação infantil o olhar precisa aprimorar-se em fazê-lo de forma lúdica que resultem em sentimentos de prazer em relação a aprendizagem na etapa da educação.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL

Nas Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (D.C. N. E.I.), após ser considera como um direito da criança, a educação infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, onde o convívio em espaço público em jornada integral ou parcial e deve zelar pelo cuidar e educar. É nessa etapa que a criança, considerada um sujeito histórico e de direitos que, vai experimentar em suas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, a oportunidade de iniciar sua construção de identidade pessoal e coletiva.

Ao brincar, imaginar, fantasiar, desejar, observar, experimentar, narrar e questionar a criança pode aprender, pode construir sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura da criança ou como considera alguns estudos: a cultura da infância.

Como preconizado em DCNEI as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: éticos, políticos e estéticos.

Ainda da observância das Diretrizes a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Propor experimentos e vivencias zelando pelas aprendizagens propostas em espaços públicos de Educação Infantil e, preocupando-se com a prática do letramento é o que se identificou no presente estudo.

Bagno (2004) diz que a língua é um rio

caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, o autor ainda aponta para uma regra linguística que diz: "só existe língua se houver seres humanos que a falem". (BAGNO, 2004, P. 9)

Portanto além de propor essa inserção no mundo lido e escrito, o processo de letramento precisa compreender e reconhecer a diversidade linguística existente em uma determinada cultura.

O que estou tentando dizer é que o domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto. O domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha acesso às tecnologias modernas, aos avanços da medicina, aos empregos bem remunerados, à participação ativa e consciente nas decisões políticas que afetam sua vida e a de seus concidadãos. O domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente, a uma pessoa que viva numa zona rural onde um punhado de senhores feudais controlam extensões gigantescas de terra fértil, enquanto milhões de famílias onde lavradores sem terras não tem o que comer.

Achar que basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela "suba na vida" é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana." (BAGNO, 2004, P.70)

A pedagogia na alfabetização infantil em uma perspectiva de letramento

Ao que é pertinente a prática do letramento, encontram-se então alguns princípios norteadores à Educação Infantil: é preciso, dentre outras necessidades, que criem espaços e tempos para que exista a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; que se possibilite às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; que se favoreçam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura, etc.

Para Bagno:

"A língua materna [...] é adquirida pela criança desde o útero, é absorvida junto com o leite materno. Por isso qualquer criança de 3 e 4 anos de idade (se não menos) já domina plenamente a gramática de sua língua. [...] Nós sim professores, temos que conhecer o hardware da língua, a mecânica do idioma, porque nós somos os instrutores, os especialistas, os técnicos. Mas não nossos alunos. Precisamos, portanto, redirecionar todos os nossos esforços, voltá-los para a descoberta de novas maneiras que nos permitam fazer de nossos alunos bons motoristas da língua, bons usuários de seus programas. (BAGNO, 2004, P.120, 124)

Ainda para o autor, fazendo a crítica ativa da nossa prática diária em sala de aula podemos ensinar deixando bem claro que isso ou aquilo não é tudo o que se pode aprender a respeito da língua, que há uma infinidade de coisas interessantes e gostosas para se descobrir no universo da linguagem.

Ao encontro dessas ideias, Ferreiro e Teberosky apontam que uma criança não pode ser avaliada a partir das dicotomias "sabe ou não sabe", "pode ou não pode", "se equivoca ou acerta". O que é importante é perceber a evolução que a criança apresenta, ainda que ela cometa erros em relação à escrita adulta. Assim sendo, segundo a autora, o professor deve avaliar a criança com mais sensibilidade e sempre interpretar a produção gráfica das crianças de maneira positiva.

Os estudos da psicogênese da língua a partir do pensamento de Piaget vão ao encontro do pensamento Freire que, sem dúvida, denotam o compromisso político de ambos acerca da defesa ao direito de uma alfabetização de qualidade.

Contudo a teoria que não se apresenta como método de alfabetização, gerou muitos problemas de interpretação: por um lado, pode ter aberto espaço para a emergência de alternativas didáticas dentro do marco conceitual da psicogênese da língua escrita. Por outro lado, levou à derivação de estágios para classificar crianças, ou a provas de diagnóstico com o mesmo fim.

Dessa forma surgem discussões, interpretações, ajustes à prática. Ao se relacionar os conceitos discutidos e ampliados na área surge a deia de letramento defendida pelo documento anteriormente citado e, nessa relação se observa diferentes pontos a se destacar:

O documento "direitos de aprendizagem" propõe para os 3 primeiros anos do ensino fundamental a alfabetização, contudo de forma isolada do trabalho pedagógico prévio que se espera para a educação infantil, dessa forma seria muito mais apropriado falar em um ciclo que se inicia na pré-escola (ou mesmo antes) e que se encerra no 1º ano do ensino fundamental do que propor o diferimento do aprendizado até o 3º ano.

O conceito central do documento para a área de Língua Portuguesa, "letramento", não é claramente apresentado, pelo menos de maneira lógica, ou a partir de uma concepção teórica conhecida. O documento assim define o termo:

"O Letramento é o termo que vem sendo utilizado para indicar a inserção dos indivíduos nesses diversos espaços sociais. Cada pessoa, ao ter que interagir em situações em que a escrita se faz presente, torna-se letrada. Não há indivíduos iletrados em uma sociedade em que a escrita está presente nas relações sociais, pois de forma autônoma ou mediada por outras pessoas, todos participam dessas situações". Mesmo que tenha havido a suposição de uma inovação, o que é proposto, além de não ser explicativo o suficiente, não apresenta nenhuma conexão com o conceito de alfabetização. Se letramento se aplica a crianças em idade pré-escolar e a analfabetos adultos, como sugere o documento, não há razão lógica para associá-lo à alfabetização, muito menos para condicionar o processo de alfabetização a um período de três anos. Do ponto de vista conceitual, portanto, o texto e a proposta dele decorrente são indefensáveis do ponto de vista lógico, psicológico e pedagógico. (p. 26 e 27)

O documento propõe que cabe a cada escola elaborar a proposta "político-pedagógica". Mesmo sendo ignoradas no documento, é às redes de ensino que cabe sempre, quando minimamente responsáveis e organizadas, elaborar seus programas de ensino com base em orientações.

Da forma proposta no documento, o país não terá uma base comum.

A PESQUISA

A pesquisa bibliográfica se apresenta enquanto base teórica que fundamenta esse trabalho, a autora buscou a luz de estudos, pesquisas e teorias, compreender a inclusão na educação infantil.

O levantamento bibliográfico apontou que seria preciso fazer um breve recorte na história da educação para então se entender e estudar o percurso percorrido até se chegar ao conceito de letramento na educação infantil. Segundo Minayo, é importante descrever a realidade num levantamento de pesquisa e, ao encontro do que a autora também compreende como essencial; que é preciso diminuir o juízo de valores ao tratar o levantamento feito, assim "nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática" (MINAYO, 2001, p. 17).

Tendo por base esse princípio, buscou-se, diante da inquietude gerada pela questão do letramento na educação infantil, encontrar elementos que orientem e apontem um norte, favorecendo o diálogo e a reflexão acerca do tema. A pesquisa bibliográfica foi utilizada nesse estudo, a sua escolha relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto se fundamentam e orientam as práticas vividas no ambiente escolar dada a partir de fontes bibliográficas.

Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994). Para o desenvolvimento deste, a leitura foi a principal técnica, através dela se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado e aqui descritos e relacionados entre si, numa leitura feita pela vivência e inquietações da autora.

Foi com o levantamento bibliográfico que se pode verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência. Salvador (1986) orienta que sejam realizadas leituras sucessivas do material para obter as informações e/ou dados necessários em cada momento da pesquisa, identificando-as como exposto no presente trabalho reflexivo que busca ser revisitado e servir para novas discussões e construções de saberes acerca do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo traz um breve relato do caminho percorrido pela educação, educação infantil e o letramento e, aponta que novos passos precisam e podem ser dados ruma à construção de uma sociedade menos segregatória e empoderada da ideia de ler, ler o mundo, ler os diferentes textos e contextos.

Através das considerações expostas, é possível afirmar que para a realização deste é imprescindível seguir por caminhos não aleatórios, de estudos, pesquisas, parcerias e tentativas de tornar a convivência de diferentes pessoas, com diferentes histórias, diferentes habilidades e diferentes potencialidade, dentre elas a de leitores e protagonistas.

Assim, o estudo aponta que mais práticas e literatura podem contribuir para avanços nessa área e se propõem a contribuir nesse sentido, na construção de conhecimentos e saberes que possam contribuir para o desenvolvimento e ampliação do universo leitor na educação infantil como um todo.

Ao longo do levantamento e da pesquisa bibliográfica foi considerado a prática pedagógica na educação, nesse breve percurso foi possível compreender que, a educação teve diferentes momentos e atendeu a diferentes esferas e demandas de poder e sociedade e que esse percurso histórico-cultural, por ela percorrido, trouxe impactos no fazer pedagógico e no modo de como se concebeu a ideia de letrar, ler, escrever e expressar histórias.

O levantamento desse histórico deixou evidente que o aspecto político do fazer pedagógico se moldou com as demandas ad-

vindas da sociedade e se transformou assim a educação numa concepção de construção de uma sociedade para todos e composta por todos. Assim, pode-se constatar que a questão da educação de crianças de 0 a 6 anos e seus direitos, a política de educação infantil, as práticas com as crianças e as alternativas de formação percorreram os debates educacionais e a ação de movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas.

Dentre esses estudos, as discussões e reflexões geraram a nova concepção de construção de sujeito leitor e escritor, numa perspectiva de ler enquanto se significa e é significado o mundo, a si mesmo e as intervenções feitas no mundo.

Entretanto muito se discute sobre métodos, adequações e direitos e deveres acerca do tema. Isso aponta como que numa consequência para a formação de professores e as políticas que, têm investido na educação infantil brasileira, na luta pela inclusão do conceito sobre ensinar, aprender, ler e escrever o mundo e a construção de si e do mundo e, de todos dentro do sistema educacional. Assim, nesse estudo, se constata a educação infantil como instância indissociável do processo de democratização da educação brasileira e da construção de sujeitos leitores e escritores atuantes no mundo enquanto protagonistas de suas histórias e de toda a construção de uma história de todos.

REFERÊNCIAS

BAGNO português ou brasileiro? Um convite à pesquisa. 4.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BAGNO Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 47.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BAGNO, Marcos. A norma oculta. Língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL: As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil... Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006 Disponível em http://www.cedes.unicamp.br, Acesso em 17 mar 2019.

BRASIL Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

BRASIL. Lei n. 10.172 (2001) . Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.816As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil... Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006 Disponível em http://www.cedes.unicamp.br, Acesso em 17 mar 2019.

BRASIL. Lei n. 8.069. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providenciás. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563-577.

BRASIL. Lei n. 9.394 (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27894.

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Indagações sobre currículo. Brasília, 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>. Acesso em: 3 de abril de 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI. v. 1-2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para a elaboração de diretrizes e normas para a educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Brasília, 1997.

BRASÍLIA, BRASIL (2006). Diário Oficial da União, Brasília, DF. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, DF.

BRASÍLIA, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI (1996). BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEF/ DPE/COEDI.

CAMPOS, M.M. (2006) Educação infantil: o debate e a pesquisa. Cadernos de Pesquisa, São Paulo.

CAMPOS, M.M.; FÜLGRAFF, J.; WIGGERS, V. (2006) A qualidade da educação infantil: alguns resultados de pesquisa. Cadernos de pesquisa, São Paulo.

CAMPOS, M.M.; HADDAD, L. (2006) Educação infantil: crescendo e aparecendo.

Cadernos de Pesquisa, São Paulo.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 22, de 17 de dezembro de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer CNE/CEB 22/1998. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de março de 1999

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. Tradução Horácio Gonzales. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua escrita. Tradução de Diana M. Linchestein e outros. Porte Alegre: Artes Médicas, 1985.

FERNANDES, Florestan. Os grandes pensadores. Quarenta e um educadores que fizeram história, da Grécia antiga aos dias de hoje. Revista Nova Escola, edição especial, jul. 2008, p.107-109.

FREEMAN, R. Edward. The Stakeholder Approach Revisited. Zeitschrift für Wirtschafts-und Unternehmensethik, 2004a, v. 5, n. 3, p. 228-241. Disponível em: http://zfwu.de/fileadmin/pdf/3_2004/Freeman_HansenBodeMossmeyer.pdf>. Acesso em 15 mar 2019.

FREEMAN, R.; HARISSON, J.; WICKS, A. Managing for stakeholders: survival reputation. New Haven and London: Yale University Press, 2007.

FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008a.

KRAMER, S. (2005). Na gestão da educação infantil, nós temos meninas no lugar de professores? In: KRAMER, S. (Org.). Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática.

KRAMER, S. (Org.). (2005). Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática.

MARTINS, J. S. (2002). A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2002.

MARTINS, J. S. (2002). Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo.

MINAYO, M. C. (1994). O desafio do conhecimento. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.

MINAYO, M. C. (2001). Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

SALVADOR, A. D. (1986). Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. Porto Alegre: Sulina

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 13.ed. São Paulo: Ática, 1995.

VIGOTSKI, Lev S. A Formação Social da Mente - O desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Tradução: José Cipolla Neto et al. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.